

Do “urbanismo-cidadão” à Economia Donut: integrando as ideias de Jane Jacobs e Kate Raworth rumo a um desenvolvimento urbano e econômico sustentável no século XXI

Raphael Ramos Silveira<sup>1</sup>

## Resumo

Este artigo busca estabelecer uma conexão entre as ideias de duas importantes pensadoras do urbanismo e da economia contemporânea, Jane Jacobs e Kate Raworth, cujas obras *Morte e Vida de Grandes Cidades* e *Economia Donut: uma alternativa ao crescimento a qualquer custo*, respectivamente, abordam aspectos fundamentais para a construção de um futuro sustentável e inclusivo. A partir da leitura crítica e abrangente das obras citadas, exploraremos como a visão holística e centrada nas pessoas proposta por Jacobs, no contexto do desenvolvimento urbano, pode dialogar construtivamente com a abordagem econômica de Raworth, focada no bem-estar humano e no respeito aos limites do planeta. A sinergia entre suas ideias aponta para uma perspectiva inovadora para a construção de um futuro mais promissor, cujas perspectivas podem estimular o diálogo entre as áreas do urbanismo e da economia, visando a construção de cidades mais justas, sustentáveis e capazes de florescer em meio aos desafios do século XXI.

Palavras-chave: Desenvolvimento econômico; planejamento urbano; sustentabilidade.

Área de submissão: 1 - Teoria, métodos e modelos de economia regional

Classificação JEL: R1; R10; R19; A11; A12.

## Abstract

This article aims to establish a connection between the ideas of two important thinkers of urbanism and contemporary economics, Jane Jacobs and Kate Raworth, whose works *The Death and Life of Great American Cities* and *Doughnut Economics: Seven Ways to Think Like a 21st-Century Economist*, respectively, address fundamental aspects for the construction of a sustainable and inclusive future. From the critical and comprehensive reading of the mentioned works, we will explore how the holistic and people-centered vision proposed by Jacobs, in the context of urban development, can constructively dialogue with Raworth's economic approach, focused on human well-being and respect for the limits of the planet. The synergy between their ideas points to an innovative perspective for building a more promising future, whose perspectives can stimulate dialogue between the areas of urbanism and the economy, aiming at building fairer, more sustainable cities capable of flourishing in the midst of the challenges of the 21st century.

Keywords: Economic development; urban planning; sustainability.

JEL Classification: R1; R10; R19; A11; A12.

## Introdução

As cidades têm sido, ao longo da história, epicentros de inovação, cultura e crescimento, impulsionando o progresso econômico e cultural da humanidade. No entanto, o rápido crescimento urbano e as crescentes pressões socioambientais ocorridas nas últimas décadas representam também desafios significativos para a sustentabilidade e a qualidade de vida das comunidades urbanas, como desigualdades sociais, degradação ambiental e a crescente pressão

---

<sup>1</sup> Economista, jornalista e mestrando em Economia pelo Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE) da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: raphaelramossilveira@yahoo.com.br

sobre os recursos naturais, sobretudo com o advento da globalização<sup>2</sup>.

Em resposta a esses dilemas complexos, as obras de duas proeminentes autoras, Jane Jacobs<sup>3</sup> com *Morte e Vida de Grandes Cidades* e Kate Raworth<sup>4</sup> com *Economia Donut*, emergem como pilares fundamentais para a compreensão e enfrentamento dos dilemas contemporâneos da urbanização e do desenvolvimento econômico. Embora atuantes em campos distintos, Jane Jacobs e Kate Raworth compartilham uma visão de uma sociedade mais sustentável, equitativa e centrada prioritariamente nas pessoas.

As ideias de Jane Jacobs, presentes em sua renomada obra *Morte e Vida de Grandes Cidades*, têm sido amplamente difundidas e reconhecidas como uma fonte valiosa para acadêmicos, políticos e profissionais do urbanismo de diversas vertentes ideológicas. Suas contribuições são frequentemente invocadas nos debates públicos, pois fornecem um diagnóstico perspicaz de problemas e oportunidades urbanas ao considerar aspectos cruciais do planejamento urbano atual, como segurança pública, mobilidade urbana, qualidade de vida, ocupação do espaço público e identidade cultural urbana.

A percepção generalizada entre arquitetos e urbanistas é de que a dimensão humana tem sido sistematicamente negligenciada nos processos de planejamento urbano nas principais cidades ao redor do mundo. Embora o avanço das tecnologias tenha possibilitado a construção de edifícios cada vez mais altos, amplos e complexos, bem como a implantação de sistemas de transportes cada vez mais modernos e integrados, a verdadeira essência dos espaços públicos foi diluída e, muitas vezes, desprovida do sentido genuinamente social e destinado à interação entre as pessoas. O resultado é uma configuração arquitetônica urbana que, em certa medida, negligencia a própria condição humana. Abordagens de planejamento urbano *top-down*<sup>5</sup> desconsideram a importância de criar espaços adequados aos nossos sentidos e valores humanos, priorizando aspectos como velocidade, funcionalidade e lucratividade.

Neste contexto, a obra de Jane Jacobs enfoca o planejamento urbano e a relação profunda entre as pessoas e o espaço construído. Em *Morte e Vida de Grandes Cidades*, Jacobs revolucionou o pensamento sobre a dinâmica das cidades ao defender a importância dos espaços públicos e da diversidade de usos como elementos cruciais para o florescimento humano e a

---

<sup>2</sup> O conceito de globalização, sua relação com a urbanização e seus efeitos socioeconômicos é um tema que já foi muito explorado por autores relevantes para a área da questão urbana, desde a segunda metade do século XX. Recomendamos o recurso da consulta direta a estas elaborações, a exemplo das obras de Castells (2000), Chesnais (1999), Gonçalves (1999), Harvey (2005; 2015), Hirst (1998), Lefebvre (2008) e Santos (2003; 2006).

<sup>3</sup> Jane Jacobs (1916-2006) foi uma influente escritora, ativista urbana e teórica social de origem americana e canadense. Reconhecida por sua profunda compreensão das cidades e da vida urbana, ela se tornou uma das mais importantes vozes críticas dos modelos de planejamento urbano predominantes em meados do século XX. Seu trabalho mais conhecido, *The Death and Life of Great American Cities* (1961), desafiou as abordagens tradicionais de planejamento, destacando a importância da diversidade, vitalidade e interação social nas áreas urbanas. Ao longo de sua vida, Jane Jacobs exerceu uma influência significativa no desenvolvimento urbano e na arquitetura, defendendo a valorização dos espaços públicos, calçadas movimentadas e comunidades coesas e multiculturais. Seu legado é lembrado como um marco crucial na história do pensamento urbanístico e da defesa de cidades mais habitáveis e inclusivas.

<sup>4</sup> Kate Raworth (1970-) é uma economista britânica e autora do livro *Doughnut Economics: Seven Ways to Think Like a 21st-Century Economist*, publicado em 2017. Ela é conhecida por sua abordagem inovadora e crítica à economia convencional, propondo um modelo econômico – Economia Donut – que seja politicamente justo, socialmente inclusivo e ambientalmente sustentável. Sua contribuição tem sido fundamental para promover a discussão sobre economia inclusiva, ambientalmente responsável e voltada para o bem-estar das pessoas e do planeta.

<sup>5</sup> Urbanismo top-down é uma abordagem de planejamento urbano que enfatiza a tomada de decisões centralizadas e a intervenção governamental ou de especialistas na criação e organização de espaços urbanos. Nesse modelo, cujo auge se deu no século XX durante o movimento modernista, as diretrizes e projetos são concebidos sem uma participação significativa da comunidade local ou dos cidadãos afetados. Essa abordagem top-down muitas vezes prioriza o desenvolvimento de grandes projetos e infraestruturas, com visão única e padronizada para a cidade. As decisões são tomadas com base em critérios técnicos e econômicos, negligenciando, em alguns casos, a diversidade cultural, a coesão social e as necessidades específicas das comunidades locais.

criação de comunidades resilientes. Sua abordagem ressalta a vitalidade das interações sociais e a necessidade de desenvolver cidades que coloquem o bem-estar e a participação das pessoas no centro das decisões urbanísticas. Em suma, Jacobs enfatiza a importância dos espaços públicos, da diversidade de usos e da vitalidade das comunidades locais para o desenvolvimento de cidades sustentáveis e vibrantes.

Por outro lado, Kate Raworth trouxe à tona um enfoque econômico inovador e holístico em *Economia Donut*. Ela propõe um modelo alternativo, o “Donut da Sustentabilidade”, que visa superar o paradigma tradicional do crescimento econômico ilimitado, colocando as questões ambientais e sociais no cerne da análise econômica. O modelo do Donut delimita um espaço seguro para a humanidade, garantindo que as necessidades humanas básicas sejam satisfeitas dentro dos limites planetários, sem exceder as capacidades dos ecossistemas. A abordagem de Raworth enfatiza a urgência de uma economia equitativa e sustentável que respeite os limites do planeta e promova a justiça social, ou seja, a urgência por um modelo que delimita um espaço seguro para a humanidade, buscando evitar tanto a escassez como a degradação ambiental.

Em *Economia Donut*, Kate Raworth utiliza a metáfora de uma rosquinha para ilustrar os limites que cercam a atividade humana, destacando a importância de encontrar um equilíbrio para que a humanidade permaneça dentro dessa zona intermediária. Dentro dos limites inferiores estão as necessidades básicas da humanidade, como acesso à água potável, alimentos, energia, moradia, justiça e voz política. Já os limites superiores englobam desafios como a mudança climática, a perda de biodiversidade e de terras férteis, além da poluição do ar e da água, entre outros.

Para enfrentar essa realidade, Kate Raworth enfatiza que a economia precisa adotar uma abordagem regenerativa e circular, que produza impacto positivo nas sociedades e no meio ambiente. Nesse contexto, o tradicional modo de medir o desempenho econômico proposto na década de 1930 por Simon Kuznets<sup>6</sup>, baseado apenas no crescimento da renda nacional, se torna inadequado. Em vez disso, a economia do século XXI deve adotar uma gama de indicadores que incluam aspectos sociais, ambientais e econômicos.

Para promover essa mudança, a autora apresenta “sete modos de pensar como um economista do século XXI”. Entre eles, destaca-se a necessidade de adotar um pensamento sistêmico, considerando a interconexão entre diversos fatores. Além disso, é importante buscar uma distribuição mais equitativa dos recursos, abandonando a visão do *Homo economicus*<sup>7</sup>, que prioriza apenas o ganho individual.

---

<sup>6</sup> Simon Kuznets (1901-1985) foi um economista russo-americano, nascido em Belarus, e um dos principais pioneiros no campo da economia e estatística. Ele é mais conhecido por seu trabalho no desenvolvimento de indicadores econômicos e pela formulação da chamada “Curva de Kuznets”, uma teoria que analisa a relação entre desenvolvimento econômico e desigualdade de renda. Publicada em seu artigo de 1955, a “Curva de Kuznets” sugere que, em estágios iniciais de desenvolvimento econômico, a desigualdade de renda tende a aumentar. No entanto, à medida que a economia continua a se desenvolver, a desigualdade tende a diminuir e a distribuição de renda se torna mais equitativa. Essa teoria influenciou a discussão sobre políticas econômicas e sociais, enfatizando a importância de considerar os efeitos distributivos do crescimento econômico. Em 1971, Simon Kuznets foi agraciado com o Prêmio Nobel de Economia. Seu legado continua a influenciar a teoria econômica e as discussões sobre desigualdade e desenvolvimento econômico até os dias atuais.

<sup>7</sup> O conceito de *Homo economicus* remete a uma teoria simplificada na ciência econômica que retrata os seres humanos como agentes racionais, egoístas e sempre em busca de maximização de seus interesses individuais. Nesse modelo teórico, o *Homo economicus* é movido por uma motivação estritamente econômica, tomando decisões com base na busca do maior benefício ou utilidade pessoal, sem levar em consideração aspectos sociais, emocionais ou morais. O termo foi introduzido pela primeira vez por John Stuart Mill no século XIX, mas ganhou maior destaque com o desenvolvimento da economia neoclássica no final do século XIX e início do século XX. Essa concepção teórica assume que as pessoas têm acesso completo a informações, possuem preferências consistentes e agem sempre de maneira racional e autointeressada. Apesar de ser um conceito útil como simplificação teórica, a visão do *Homo economicus* tem sido alvo de críticas por não refletir completamente o comportamento humano real, que é influenciado por fatores sociais, culturais, emocionais e psicológicos.

A economista também propõe transformações significativas na organização das empresas, no sistema financeiro e na legislação. A dicotomia entre mercado e Estado é questionada, e Kate Raworth lembra que há outras formas de criação de valor que foram negligenciadas pela economia do século XX. Dessa forma, sua abordagem representa uma visão ampla e integrada, que busca promover o bem-estar humano em harmonia com o meio ambiente, considerando a complexidade e as interações entre os diversos aspectos da vida econômica e social.

Com base nessas obras pioneiras, este artigo – composto por quatro itens, além desta introdução e considerações finais – tem como propósito aprofundar a análise e investigar a complementaridade das ideias de Jacobs e Raworth no contexto atual do desenvolvimento urbano e econômico sustentável. Nossa premissa é que essas autoras oferecem perspectivas complementares que podem ser sinergicamente integradas para criar uma abordagem abrangente, resiliente e inclusiva para a promoção de cidades mais sustentáveis.

Ao final, espera-se criar um enfoque integrado para o desenvolvimento das cidades e da economia na atualidade. Em um mundo cada vez mais global, interligado e urbanizado, a importância das cidades como centros vitais da atividade humana e os desafios sociais, econômicos e ambientais contemporâneos nos levam a considerar a contribuição conjunta de Jacobs e Raworth para a construção de um futuro mais promissor, cujas perspectivas podem estimular o diálogo entre as áreas do urbanismo e da economia, visando a construção de cidades mais justas, sustentáveis e capazes de florescer em meio aos desafios do século XXI.

## 1. “Urbanismo-cidadão”: Jane Jacobs e o planejamento urbano centrado nas pessoas

### 1.1. *Morte e Vida de Grandes Cidades*: a revolução de Jacobs no pensamento urbano

Em *Morte e Vida de Grandes Cidades*, Jane Jacobs rompeu com o paradigma dominante do planejamento urbano da época nos Estados Unidos, encarnado na figura do influente e controverso planejador urbano Robert Moses<sup>8</sup>. Segundo Jacobs, o discurso e as obras de Moses priorizavam, em nome do “progresso econômico” e da “modernização” do sistema de transportes, a demolição de áreas urbanas antigas e a construção de complexos projetos de infraestrutura. Além disso, Jacobs acusava o planejamento urbano de Moses de não hesitar em fazer deslocar populações inteiras na cidade de Nova York, sobretudo pessoas de menor poder aquisitivo e negras, além de destruir bairros tradicionais para construir diversas vias expressas e parques sobre eles.

Ao invés disso, Jane Jacobs destacou a importância dos espaços públicos e das ruas, da diversidade de usos e da vitalidade das comunidades locais para o florescimento humano, a criação de cidades vibrantes e sustentáveis e a preservação da identidade cultural. Sua abordagem ressaltou a vitalidade das interações sociais, a importância do senso de pertencimento e a necessidade de desenvolver cidades que colocassem o bem-estar e a

---

<sup>8</sup> Robert Moses (1888-1981) foi um urbanista, planejador e construtor norte-americano que exerceu uma influência significativa no desenvolvimento urbano e na infraestrutura da cidade de Nova York, bem como em outras cidades dos Estados Unidos. Formado em Yale e Oxford, Moses ocupou diversos cargos públicos, incluindo o de Comissário de Parques de Nova York e Comissário de Planejamento, e desempenhou um papel crucial em inúmeros projetos de construção e planejamento ao longo de décadas. Durante seu período no poder, Robert Moses foi responsável por uma série de projetos de grande escala, incluindo a construção de estradas, pontes, túneis e inúmeros parques em Nova York. Ele também liderou projetos de realocação de comunidades e bairros inteiros para viabilizar seus projetos, muitas vezes enfrentando resistência e críticas por seu estilo autocrático e falta de preocupação com as comunidades afetadas. Enquanto algumas de suas iniciativas foram bem-sucedidas e tiveram um impacto duradouro no desenvolvimento de Nova York, outras foram altamente controversas e tiveram consequências negativas, como o deslocamento de comunidades de baixa renda e a fragmentação do tecido urbano. Apesar das críticas, Robert Moses deixou um legado duradouro na paisagem urbana de Nova York e de outras cidades, cujo impacto continua a ser objeto de discussão e análise até os dias atuais. Para mais, ver Caro (1974).

participação das pessoas no centro das decisões urbanísticas. Ao analisar o conceito e a estrutura da cidade, bem como suas diversas funções, Jacobs (2000) é categórica: “as cidades são um imenso laboratório de tentativa e erro, fracasso e sucesso, em termos de construção e desenho urbano. É nesse laboratório que o planejamento urbano deveria aprender, elaborar e testar suas teorias” (JACOBS, 2000, p. 16).

Ao se dedicar à análise das cidades como um organismo vivo e tal como ela é, Jacobs critica o excesso de tecnicismo e artificialismo predominantes nas análises urbanas de sua época e aponta para a necessidade de se libertar de “uma infinidade de dogmas misteriosos e intrincados, apoiados num alicerce de absurdos”. Para ela, “a pseudociência do planejamento urbano e sua companheira, a arte do desenho urbano, ainda não se afastaram do conforto ilusório das vontades, das superstições conhecidas, do simplismo e dos símbolos e ainda não se lançaram na aventura de investigar o mundo real” (JACOBS, 2000, p. 20). Assim, a autora considera relevante, como ponto de partida analítico, examinar o comportamento social da população urbana e o desempenho econômico das cidades, em busca de um “urbanismo verdadeiramente cidadão”.

Há autores que atribuem às análises de Jane Jacobs elementos teóricos e críticos importantes para discutir os efeitos (e as contradições) da modernidade no planejamento urbano em meados do século XX. Berman (1986) assim descreve o impacto da obra de Jacobs na modernidade:

O ponto salientado por Jacobs é que o assim denominado movimento moderno inspirou uma “renovação urbana” de bilhões de dólares, cujo resultado paradoxal foi a destruição do único tipo de ambiente no qual os valores modernos podem ser realizados. O corolário prático disso tudo (que à primeira vista pode parecer paradoxal, mas na verdade faz pleno sentido) é que na nossa vida urbana, em benefício do moderno, precisamos preservar o velho e resistir ao novo. Com tal dialética, o modernismo assume uma nova complexidade e profundidade. (BERMAN, 1986, p. 300).

## 1.2. O papel do espaço público e da diversidade de usos nas cidades

“Para compreender as cidades, precisamos admitir de imediato, como fenômeno fundamental, as combinações ou as misturas de usos, não os usos separados” (JACOBS, 2000, p. 103). Com essas palavras, Jacobs destaca a importância da diversidade de usos nas cidades, formadas por inúmeros elementos de enorme diversidade. Para ela, aspectos urbanos como segurança, mobilidade, habitação, trabalho, lazer e demais usos urbanos devem ser pensados de forma conjunta e integrada, pois coexistem de forma contínua e simultânea nas cidades.

Para que a mistura de usos seja suficientemente complexa para prover a segurança urbana, o contato do público e a interação de usos, ela precisa de uma quantidade enorme de componentes. Nesse caso, a primeira pergunta sobre o planejamento urbano – a qual, acho eu, é de longe a mais importante – seria esta: como as cidades podem gerar uma mistura suficiente de usos – uma diversidade suficiente –, por uma extensão suficiente de áreas urbanas para preservar a própria civilização? (JACOBS, 2000, p. 104).

Para Jacobs, o espaço público é o coração pulsante das cidades, onde as pessoas se encontram, interagem e criam um senso de comunidade. A diversidade de usos, como a coexistência de residências, comércios e espaços culturais em uma mesma área, promove uma interação intensa e enriquecedora, que impulsiona a economia local e favorece a inclusão social.

O ponto-chave da argumentação de Jacobs é, contudo, um tanto inusitado: ao contrário de outros teóricos de segurança pública, ela defende a presença de desconhecidos transitando

nas calçadas como elemento importante para a segurança das cidades: “o principal atributo de um distrito urbano próspero é que as pessoas se sintam seguras e protegidas na rua em meio a tantos desconhecidos” (JACOBS, 2000, p. 31). Falhar nesse aspecto significa, para ela, criar outros problemas. A preservação da segurança nas cidades não é, para ela, tarefa exclusiva das forças policiais (ainda que esta seja, obviamente, muito necessária), mas por uma intrincada rede, quase inconsciente, de relações, controles e “padrões de comportamento espontâneos presentes em meio ao próprio povo e por ele aplicados” (JACOBS, 2000, p. 32).

Essa vigilância natural seria possível, segundo Jacobs, por meio da ação consciente ou inconsciente das pessoas ao observar o espaço público do interior de suas residências, de suas janelas. Para ela, uma disposição urbana que combinasse a composição de edifícios aos passeios públicos, tornando-os sempre acessíveis aos olhos das pessoas – os “olhos na rua”<sup>9</sup> – seria vital para a vigilância natural, principal mecanismo de promoção da segurança pública. Em outras palavras, quando as ruas não possuem “olhos”, tornam-se inseguras.

Jacobs descreve o que ela chama de “balé das calçadas”, em que vários atores, com os mais diversos propósitos, saem às ruas em horários diversificados para as mais diferentes atividades. Essas atividades são complementares entre si, compondo uma teia de interação social e cuidados mútuos. Assim, por trás da aparente desordem das cidades, Jane Jacobs acredita que exista uma ordem “complexa, implícita e invisível” capaz de promover segurança e liberdade aos habitantes da cidade (JACOBS, 2000, p. 52).

### 1.3. O desafio das megacidades e a perda da identidade cultural

Ao analisar o desafio das megacidades, Jane Jacobs se preocupava com o rápido crescimento populacional e urbanização descontrolada que muitas cidades enfrentavam em seu tempo. Para a autora, muitas das práticas de planejamento urbano adotadas na época promoviam uma segregação física e social, o que dificultava a formação de comunidades coesas e vibrantes.

Para ela, uma proposta viável para combater esse problema seria a construção de planos-modelo de integração habitacional em áreas da cidade prejudicadas pelo perigo e pela falta de vida pública, que pudessem estimular os contatos nas ruas, pois, embora aparentemente despreziosos, despropositados e aleatórios, os contatos nas ruas constituem a pequena mudança a partir da qual pode florescer a vida pública exuberante na cidade. Segundo a autora, “somente quando as ruas das grandes cidades dispõem de uma infraestrutura que permita uma convivência pacífica com estranhos, em condições civilizadas mas fundamentalmente dignas e reservadas, pode florescer uma cidade vibrante” (JACOBS, 2000, p. 57).

Além disso, Jacobs era crítica à predominância do modelo de desenvolvimento baseado no automóvel, afirmando que os efeitos nocivos dos automóveis são menos a causa do que um sintoma de nossa incompetência no desenvolvimento urbano. De fato, compatibilizar automóveis e cidades, além de trazer implicações sociais e econômicas, era e ainda é um desafio enorme (talvez o maior) para os modelos urbanos atuais. Jacobs (2000) pondera que:

As necessidades dos automóveis são mais facilmente compreendidas e satisfeitas do que as complexas necessidades das cidades, e um número crescente de urbanistas e

---

<sup>9</sup> O conceito de “olhos na rua”, concebido por Jane Jacobs, refere-se à importância da presença de pessoas nas ruas e espaços públicos como um fator fundamental para promover a segurança, a vitalidade e a coesão social nas áreas urbanas. Para ela, a presença de pedestres, moradores e transeuntes cria um ambiente seguro e vibrante nas cidades e, assim, ajuda a inibir o crime. Quando há “olhos na rua”, ou seja, pessoas que observam e interagem com o espaço público, a tendência é que criminosos se sintam inibidos de agir, uma vez que há maior probabilidade de serem vistos e reconhecidos. Além disso, Jacobs enfatiza que a interação social e a observação ativa das atividades cotidianas são essenciais para o desenvolvimento de comunidades coesas e saudáveis. A presença de pessoas nas calçadas, praças e parques cria um senso de pertencimento e identidade com o ambiente urbano, estimulando a formação de laços sociais e a convivência comunitária. Essa ideia continua sendo uma importante consideração para o desenvolvimento de cidades mais humanas e habitáveis.

projetistas acabou acreditando que, se conseguirem solucionar os problemas de trânsito, terão solucionado o maior problema das cidades. As cidades apresentam preocupações econômicas e sociais muito mais complicadas do que o trânsito de automóveis. Como saber que solução dar ao trânsito antes de saber como funciona a própria cidade e de que mais ela necessita nas ruas? É impossível! (JACOBS, 2000, p. 17).

Quanto à (perda de) identidade cultural, Jane Jacobs ressaltava a importância de preservar o caráter distintivo e a diversidade das comunidades locais. Ela argumentava que as megacidades, ao crescerem rapidamente e abrigarem uma população heterogênea, corriam o risco de perder suas identidades únicas devido à padronização e à homogeneização predominantes. Para enfrentar esses desafios, Jacobs propôs a promoção de bairros mistos e diversificados, nos quais as pessoas pudessem viver, trabalhar e se divertir no mesmo local, criando uma teia social mais forte e incentivando a interação entre os habitantes. Ela também considerava a ação do Estado essencial e defendia a preservação de edifícios históricos e da arquitetura local, pois isso ajudaria a manter a identidade cultural de um lugar.

Além disso, Jacobs enfatizava a importância de ouvir os moradores locais e envolvê-los no processo de tomada de decisões sobre o desenvolvimento urbano. Ela acreditava que as comunidades locais têm um conhecimento valioso sobre suas próprias necessidades e aspirações, e sua participação ativa no planejamento urbano poderia contribuir para um desenvolvimento mais sustentável e preservação da identidade cultural. Embora Jane Jacobs tenha escrito a maior parte de suas obras no século XX, suas ideias e abordagens continuam influenciando urbanistas e planejadores urbanos até os dias de hoje, especialmente quando se trata dos desafios enfrentados pelas megacidades e a importância da preservação da identidade cultural nas comunidades urbanas.

A principal responsabilidade do urbanismo e do planejamento urbano é desenvolver – na medida em que a política e a ação pública o permitam – cidades que sejam um lugar conveniente para que essa grande variedade de planos, ideias e oportunidades extraoficiais floresça, juntamente com o florescimento dos empreendimentos públicos. Os distritos urbanos serão lugares social e economicamente convenientes para que a diversidade surja por si só e atinja seu potencial máximo, caso os distritos possuam boas combinações de usos principais, ruas frequentes, densa mistura de idades das construções e alta concentração de pessoas. (JACOBS, 2000, p. 166).

## 2. Kate Raworth e a Economia Donut

### 2.1. *Economia Donut*: uma visão renovada da economia

Kate Raworth, em sua obra *Economia Donut*, publicada em 2017, propõe um modelo inovador e holístico que vai além do paradigma tradicional de crescimento econômico ilimitado. Ao contrário dos modelos tradicionais, baseados na teoria e na modelagem matemática, Raworth propõe um modelo econômico original e ousado que amplie os horizontes do pensamento econômico a fim de responder aos novos e complexos desafios do século XXI.

Nesse sentido, sua nova abordagem para a economia propõe um modelo cuja prioridade é, para além do crescimento econômico infinito, garantir o bem-estar humano dentro dos limites ambientais do planeta. O “Donut” representa um espaço seguro entre os limites planetários e as necessidades humanas básicas. Raworth argumenta que a economia deve ser projetada para atender às necessidades de todos, garantindo a erradicação da pobreza e a preservação dos recursos naturais.

A narrativa de *Economia Donut* é contada a partir da história de Yuan Yang, nascida na China e criada em Yorkshire, Inglaterra, que, preocupada com o futuro e determinada a fazer a

diferença no mundo, graduou-se em economia em Oxford e fez mestrado na prestigiada London School of Economics. Pretendendo tornar-se uma economista do séc. XXI, Yuan logo se viu frustrada com a forma de ensino baseada no modelo clássico, pois considerava a teoria e a matemática usada para prová-la estreitas em suas premissas.

O panorama econômico no início do século XXI, que Yuan se propôs a estudar, apresentava contrastes e problemáticas cruciais para o planeta. Se, por um lado, houve avanços significativos para o bem-estar humano, como aumento na expectativa de vida, redução da pobreza extrema global e ampliação do acesso à água potável e à infraestrutura sanitária básica no mundo, por outro lado, a crise financeira de 2008 destruiu empregos, moradias, economias e a estabilidade financeira de milhões de pessoas.

Além disso, a degradação do planeta atingiu níveis alarmantes, e a ação humana tem causado mudanças climáticas extremas, como a elevação na temperatura média global, cujas consequências são a ocorrência cada vez mais frequente de secas, tempestades e inundações, além do aumento do nível das águas dos oceanos e a poluição ambiental generalizada. Paralelamente a isso, a população global continua crescendo, o que acarreta em sérias implicações para a economia global.

Diante desse cenário, o modelo desenhado por Raworth tem a forma semelhante a de um donut – a rosquinha com um furo no centro – caracterizada por dois anéis concêntricos, um grande e um pequeno. O anel interno do donut representa uma base social. Consiste em doze padrões sociais mínimos acordados internacionalmente, identificados nos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), estabelecidos em 2015<sup>10</sup>.

O anel externo da rosquinha, por sua vez, representa o teto ecológico do planeta. Esse teto ambiental compreende os nove limites planetários propostos por um grupo internacional de cientistas do sistema terrestre liderados por Johan Rockström e Will Steffen<sup>11</sup>. Esses nove processos críticos são: mudanças climáticas, acidificação dos oceanos, poluição química, carga de nitrogênio e fósforo, retiradas de água doce, conversão de terras, perda da biodiversidade, poluição atmosférica e destruição da camada de ozônio. Ultrapassar esse teto ecológico pode colocar o planeta em um estado de degradação ambiental inaceitável e com possíveis pontos de inflexão para os sistemas da Terra.

Entre os anéis interno e externo, ou seja, na parte intermediária do donut, encontra-se uma situação ambientalmente segura e socialmente justa para a humanidade prosperar, e é precisamente este espaço que se deve buscar. Assim, o “Donut da Sustentabilidade” delimita um espaço seguro para a humanidade, garantindo que as necessidades humanas básicas sejam satisfeitas (como alimentação, habitação, saúde, bem-estar e representação política, entre outras)

---

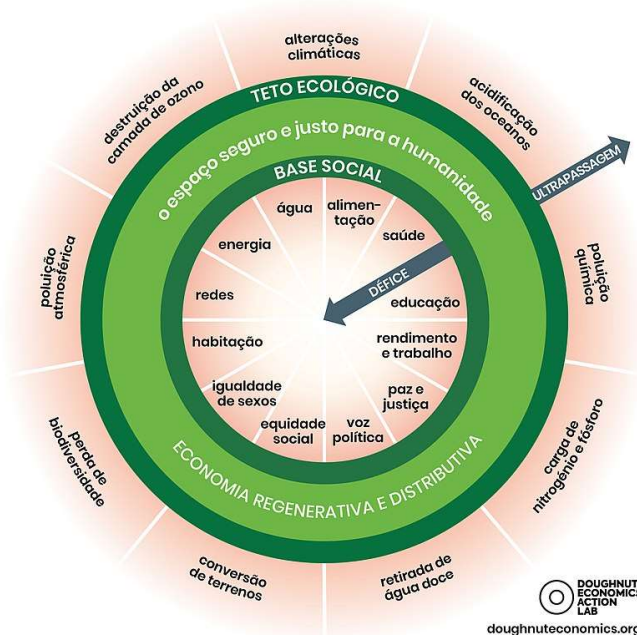
<sup>10</sup> Os ODS, ou Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, são uma série de 17 metas globais estabelecidas pelas Nações Unidas como parte da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Esses objetivos foram adotados pelos líderes mundiais em setembro de 2015, com o objetivo de enfrentar os desafios urgentes que o mundo enfrenta, como a pobreza, a fome, a desigualdade, a mudança climática, a degradação ambiental e a promoção do desenvolvimento econômico inclusivo. Cada ODS tem metas e indicadores específicos que abrangem uma ampla gama de questões, desde a erradicação da pobreza e da fome até o acesso à educação de qualidade, a igualdade de gênero, a promoção da saúde e o combate às mudanças climáticas. Esses objetivos são interligados e interdependentes, reconhecendo que o desenvolvimento sustentável só pode ser alcançado se todas as áreas forem abordadas de forma integrada.

<sup>11</sup> Os nove limites planetários são um conjunto de limites físicos e biológicos que delimitam a capacidade do planeta Terra de sustentar a vida em condições seguras e estáveis para a humanidade. Esses limites foram propostos em 2009 por um grupo de cientistas liderados por Johan Rockström e Will Steffen, e são baseados em estudos sobre os processos fundamentais que regulam o funcionamento do sistema terrestre. Os nove limites planetários são os seguintes: mudança climática, perda da biodiversidade, uso do solo, ciclo do nitrogênio, ciclo do fósforo, acidificação dos oceanos, concentração de aerossóis atmosféricos, integridade da camada de ozônio e uso de água doce. O monitoramento e a gestão desses limites planetários são essenciais para garantir a sustentabilidade do planeta e a qualidade de vida das gerações presentes e futuras.



dentro dos limites planetários, sem exceder as capacidades do ecossistema (assegurando um clima estável, solos férteis e a proteção da camada de ozônio). Nas palavras da própria Raworth:

O que é exatamente o Donut? Em poucas palavras, é uma bússola radicalmente nova para guiar a humanidade neste século. E aponta na direção de um futuro capaz de prover as necessidades de cada pessoa e ao mesmo tempo salvaguardar o mundo vivo do qual todos nós dependemos. Abaixo do alicerce social do Donut encontram-se déficits no bem-estar humano, enfrentados por aqueles que carecem de bens essenciais para a vida, como alimento, educação e moradia. Para além do teto ecológico encontra-se um excesso de pressão nos sistemas geradores de vida da Terra, como mudanças climáticas, acidificação dos oceanos e poluição química. Mas entre esses dois conjuntos de limites existe um ponto ideal – com a forma inequívoca de um donut – que é um espaço ao mesmo tempo ecologicamente seguro e socialmente justo para a humanidade. A tarefa do século XXI é sem precedentes: trazer toda a humanidade para esse lugar seguro e justo. (RAWORTH, 2019, p. 36).



O Donut: uma bússola para o século XXI. Entre sua base social de bem-estar humano e o teto ecológico da pressão planetária encontra-se o espaço seguro e justo para a humanidade. (Fonte: doughnuteconomics.org).

## 2.2. A busca pelo equilíbrio entre as necessidades humanas e os limites planetários

O modelo do Donut busca reconciliar o desafio de atender às necessidades básicas de toda a humanidade, como acesso a alimentos, água potável, moradia, saúde e educação, com os limites do planeta. Assim, Kate Raworth oferece uma visão renovada da economia, onde o crescimento econômico é substituído por uma economia regenerativa, que busca restaurar os recursos naturais e promover a justiça social. O desafio não é trivial. Trata-se, em suma, de redefinir os objetivos da ciência econômica:

No século XX, a economia perdeu o desejo de articular seus objetivos: na ausência deles, o ninho econômico foi sequestrado um cuco, a meta de crescimento do PIB. Já passou a hora de esse cuco voar e abandonar o ninho, para que a economia possa se reconectar com o propósito a que deveria estar servindo. Assim, vamos expulsar o cuco e substituí-lo por uma meta clara para a economia do século XXI, uma meta que assegure prosperidade para todos no âmbito dos meios do nosso planeta. Em outras palavras, entremos no Donut, o ponto ideal para a humanidade. (RAWORTH, 2019, p. 28).

Raworth (2019) ressalta que a imagem do Donut, e a ciência por trás dela, pode ser nova, mas o senso de equilíbrio dinâmico que ela invoca está em sintonia com décadas de pensamento sobre desenvolvimento sustentável. No entanto, embora os objetivos almejados não sejam tão novos na teoria econômica, os meios para se chegar lá agora foram reformulados pelo novo modelo. A autora questiona: “o Donut nos fornece uma bússola para o século XXI, mas o que determina se podemos ou não realmente entrar nesse espaço seguro e justo? Cinco fatores sem dúvida desempenham papéis centrais: população, distribuição, aspiração, tecnologia e governança” (RAWORTH, 2019, p. 44).

A população é importante porque, quanto maior ela é, mais recursos serão necessários para satisfazer as necessidades e os direitos de todos, por isso é fundamental que o tamanho da população humana se estabilize. Em consequência, a distribuição é tão importante quanto, pois extremos de desigualdade pressionam a humanidade para além dos limites do Donut. A aspiração, por sua vez, consiste nos desejos das pessoas em busca de uma vida satisfatória. Logo, os estilos de vida aspirados pelas pessoas também pressionarão coletivamente sobre os limites planetários.

Além disso, a busca pela vida satisfatória comum a todos dependerá do padrão tecnológico adotado para criar uma infraestrutura urbana com implicações econômicas, sociais e ecológicas de amplo alcance, de modo a prover todas as necessidades humanas (habitação, transporte, água, saneamento, comida e energia) de maneira “limpa”, eficiente e sustentável. Por último, mas não menos importante, o sucesso da Economia Donut dependerá do modelo de governança local, regional, nacional e global a ser implementado pelos agentes políticos e pelas comunidades que sejam, ao mesmo tempo, capazes de suprir as demandas das pessoas de todo o mundo de forma equitativa e sem pressionar os limites planetários, mas também aptas a enfrentar as novas crises e acontecimentos inesperados que possam surgir. Raworth (2019) conclui que:

[...] todos esses cinco fatores – população, distribuição, aspiração, tecnologia e governança – moldarão significativamente as perspectivas da humanidade de entrar no espaço seguro e justo do Donut, e é por isso que estão no cerne dos debates sobre políticas atualmente em curso. (RAWORTH, 2019, p. 45).

### 2.3. Sete maneiras para pensar como um economista do século XXI

Não obstante o diagnóstico deveras contundente da economia contemporânea, Kate Raworth propõe uma visão relativamente otimista do futuro e, para isso, estabelece a missão que a teoria econômica deverá seguir doravante. Assim, a missão do século XXI é evidente: estabelecer economias que promovam o desenvolvimento humano em uma rede de vida próspera, permitindo prosperar em harmonia dentro do espaço seguro e justo da Economia Donut, isto é, “uma economia global que cria um equilíbrio próspero graças à sua concepção distributiva e regenerativa” (RAWORTH, 2019, p. 305).

Raworth propõe sete maneiras a fim de que todos aprendam a pensar como economista do século XXI, substituindo as velhas teorias por ideias novas e inspiradoras. São elas:

- 1) *Mudar o objetivo*: substituir o Produto Interno Bruto (PIB) pelo espaço seguro e justo do Donut como a medida de progresso. No séc. XXI, o desafio é criar economias, no âmbito regional e global, que possibilitem as pessoas (co)existirem dentro do espaço do Donut, alinhando os direitos humanos de cada pessoa com os limites do planeta gerador de vidas.
- 2) *Analisar o quadro geral*: a ideia é compreender as limitações do modelo econômico dominante, o Fluxo Circular, que sustenta a narrativa neoliberal, e propor em seu lugar um novo desenho da economia, que integre sociedade e natureza e que tenha como fonte de energia o Sol, para assim valorizar o poder do mercado, a parceria do Estado, o papel central

do agregado familiar e a criatividade dos bens comuns.

3) *Estimular a natureza humana*: subverter o parâmetro do homem econômico racional – um ser egoísta, solitário, calculista, pouco afeito a mudanças e que domina a natureza – e resgatar aspectos mais ricos e complexos da natureza humana, na tentativa de criar um novo autorretrato dos seres humanos como criaturas sociais, interdependentes, próximas, fluidas em matéria de valores e dependentes do mundo vivo, de modo a estimular as pessoas a entrarem no espaço acolhedor, seguro e justo do Donut.

4) *Compreender o funcionamento dos sistemas*: substituir o icônico cruzamento das curvas de oferta e demanda do mercado (séc. XIX) pelo pensamento sistêmico, por meio de circuitos de feedback que possibilite várias percepções novas (da expansão e falência dos mercados às mudanças climáticas). Isto é, deve-se parar de tentar controlar a economia com falsos mecanismos e começar a considerá-la como um sistema complexo em evolução constante.

5) *Projetar para distribuir*: a Curva de Kuznets (séc. XX) sugere, de forma quase incontestável, que a desigualdade deve piorar antes de começar a melhorar, e que o crescimento (supostamente) a levará ao equilíbrio. Ao contrário, os economistas do século XXI deverão considerar a desigualdade não como uma necessidade econômica e, sim, uma falha de projeto, para, em seguida, propor economias mais distributivas – redistribuindo rendas e criando diversos modos de compartilhar a riqueza.

6) *Criar para regenerar*: a Curva Ambiental de Kuznets (séc. XX) sugere, tal como ocorre com a desigualdade, que a poluição precisa piorar antes de poder melhorar, e que o crescimento (supostamente) a limpará. Nesse modelo, o meio ambiente “limpo” é tratado como um bem de luxo disponível apenas para os mais ricos. Contudo, economistas do século XXI deverão considerar a poluição como resultado de uma concepção industrial degenerativa e reafirmar seu compromisso com uma concepção regenerativa da economia, buscando criar uma economia circular.

7) *Ser agnóstico em relação ao crescimento*: a trajetória do crescimento do PIB a longo prazo nunca é desenhada, pois a corrente dominante da economia enxerga o crescimento econômico como infinito. Entretanto, nada na natureza cresce infinitamente, e países de alta renda mas com baixo crescimento têm questionado essa tendência. Embora, atualmente, existam economias que necessitem crescer (prosperando ou não), devemos nos tornar agnósticos quanto ao crescimento a qualquer custo e admitir a necessidade de criar economias que prosperem (crescendo ou não).

Kate Raworth (2019) adverte, porém, que essas sete maneiras de pensar aqui analisadas não consistem em receitas específicas, não prometem respostas imediatas e nem são a solução completa. Todavia, a autora afirma que tais ideias “são fundamentais para a maneira radicalmente diferente de pensar sobre economia que este século exige” (RAWORTH, 2019, p. 38). Caberá aos economistas do século XXI, portanto, a tarefa de criar uma economia global que, pautada na concepção distributiva e regenerativa, possibilite a prosperidade de todos, agregando novas ideias às sete maneiras citadas anteriormente e sempre levando em consideração as constantes transformações da economia.

### 3. Complementaridade entre as ideias de Jacobs e Raworth para o desenvolvimento urbano e econômico sustentável

#### 3.1. Planejamento urbano centrado nas pessoas e na sustentabilidade planetária

A integração das ideias de Jane Jacobs e Kate Raworth pode oferecer um caminho promissor para o desenvolvimento urbano e econômico sustentável. Ao combinar a perspectiva centrada nas pessoas de Jacobs com a abordagem ambientalmente consciente de Raworth, é

possível criar cidades mais inclusivas, resilientes e alinhadas com os limites planetários. Essa integração requer o engajamento de múltiplos atores, desde os governos e profissionais do urbanismo até as próprias comunidades, com a finalidade de construir uma visão coletiva e abrangente para o futuro das nossas cidades. A união dessas perspectivas pode representar uma contribuição significativa para a construção de um futuro urbano mais sustentável, equitativo e resiliente.

A abordagem de Jacobs, ao priorizar espaços públicos coesos e vibrantes por meio da participação comunitária, converge com os princípios de Raworth para garantir que o desenvolvimento urbano ocorra dentro dos limites planetários. Ao considerar as necessidades e aspirações das comunidades urbanas, o planejamento centrado nas pessoas pode contribuir para a criação de cidades mais habitáveis, onde a mobilidade sustentável, a preservação da biodiversidade e o uso responsável dos recursos naturais são elementos chave.

O desenvolvimento urbano sustentável, para Jane Jacobs, deve priorizar a criação de ambientes inclusivos e acessíveis, isto é, cidades vibrantes que fomentem a convivência e a interação social, aspectos essenciais para o bem-estar e o florescimento humano. Da mesma forma, Kate Raworth propõe uma economia que respeite os limites ambientais do planeta, evitando danos irreversíveis ao meio ambiente, como a degradação dos ecossistemas, a perda da biodiversidade e as mudanças climáticas.

O objetivo primordial da Economia Donut é manter as atividades humanas dentro da capacidade de suporte do planeta e que o progresso econômico não deve ser alcançado a qualquer custo, mas sim dentro dos limites ecológicos. Considerando a abordagem econômica do modelo Donut, as cidades têm um papel importante na busca pelo equilíbrio entre as necessidades humanas e os limites planetários. O planejamento urbano pode ser conduzido com base nos princípios do modelo Donut, buscando a eficiência no uso dos recursos e a redução da desigualdade socioeconômica, ao mesmo tempo em que se promove a qualidade de vida e o bem-estar dos cidadãos.

### 3.2. Equidade Social e Distribuição de Recursos

Como visto, ambas as autoras defendem a importância da equidade social e da justiça econômica no desenvolvimento urbano. Neste aspecto, a visão de Jacobs sobre a vitalidade das comunidades locais e a valorização da diversidade social converge com a abordagem de Raworth, que enfatiza a necessidade de atender às necessidades básicas de todos os indivíduos, garantindo uma distribuição justa dos recursos. Desta forma, a integração desses conceitos pode proporcionar um ambiente urbano mais inclusivo e igualitário, onde a coesão social e a resiliência comunitária são fortalecidas.

Jacobs (2000) reitera que só a complexidade e a vitalidade de usos conferem às regiões das cidades estrutura e forma adequadas. Para a autora, a prosperidade e segurança nas cidades dependem diretamente da capacidade dos bairros e ruas em manterem “acesa” a chama da vitalidade. Jacobs pondera: “os locais das cidades em que as fogueiras de uso e vitalidade não conseguem crescer, tornam-se escuros, sem forma e sem estrutura urbana. Sem essa luz vital, não adianta procurar dar forma a um lugar urbano com ‘esqueletos’ ou ‘arcabouços’ ou ‘células’” (JACOBS, 2000, p. 252).

Da mesma forma, o modelo da Economia Donut de Kate Raworth busca garantir que todas as pessoas tenham suas necessidades básicas atendidas, incluindo alimentação adequada, água limpa, educação, saúde e moradia. A abordagem prioriza a erradicação da pobreza e a promoção da equidade social. A Economia Donut valoriza a justiça social e a equidade na distribuição de recursos e oportunidades. Busca-se, dessa maneira, evitar desigualdades econômicas e sociais, garantindo que todas as pessoas tenham acesso igualitário aos benefícios do desenvolvimento.

O tema do desenvolvimento, aliás, tem sido bastante discutido na teoria econômica,

desde a segunda metade do século XX. Nesse aspecto, talvez a contribuição mais importante seja a do economista indiano Amartya Sen<sup>12</sup>. Para ele, o conceito de desenvolvimento é dinâmico e leva em consideração os valores éticos, sociais, culturais, políticos, ambientais e econômicos. Assim, ao compreender a realidade social dos países à luz dos direitos humanos e socioeconômicos, o desenvolvimento está diretamente relacionado às pessoas e às suas capacidades e necessidades, sendo um compromisso com as possibilidades de liberdade. Nas palavras de Sen (2010):

Uma concepção adequada de desenvolvimento deve ir muito além da acumulação de riqueza e do crescimento do Produto Nacional Bruto e de outras variáveis relacionadas à renda. Sem desconsiderar a importância do crescimento econômico, precisamos enxergar muito além dele. (SEN, 2010, p. 28).

Logo, pensar as possibilidades do desenvolvimento – em sua acepção mais ampla – não prescinde, de forma alguma, da necessidade de se pensar, simultânea e complementarmente, a questão urbana no contexto global atual. Essa questão é, na realidade, central. Deste modo, Jane Jacobs e Kate Raworth concordam quanto a necessidade de estabelecer a inclusão social, a equidade e a justiça social e econômica como princípios orientadores essenciais na busca de um novo planejamento urbano e de uma nova economia. Na visão de ambas, a promoção de espaços urbanos acessíveis e a distribuição justa de recursos são elementos-chave para construir comunidades mais coesas e resilientes.

### 3.3. A transição para uma economia circular, distributiva e regenerativa

A visão de Raworth de uma economia circular e regenerativa se alinha com a perspectiva de Jacobs sobre a vitalidade e a renovação contínua dos espaços urbanos. A promoção de práticas econômicas circulares, como a economia de compartilhamento e o reaproveitamento de recursos, pode contribuir para uma gestão mais sustentável dos resíduos urbanos e para a redução do impacto ambiental das atividades econômicas. Neste contexto, o modelo propõe uma economia regenerativa e circular, onde os recursos são utilizados de forma eficiente, e o desperdício é minimizado. A ideia é repensar os processos de produção e consumo para criar um sistema mais sustentável.

Raworth defende a transição para uma economia circular, baseada na gestão eficiente de recursos, além de uma economia distributiva, que promova a equidade na distribuição de recursos e oportunidades. Essas abordagens econômicas estão em sintonia com os princípios de Jacobs, que também busca uma cidade mais inclusiva e equitativa. Assim Raworth define a nova economia:

---

<sup>12</sup> Amartya Sen (1933-) é um renomado economista, filósofo e teórico social indiano, amplamente reconhecido por suas contribuições para a economia do desenvolvimento e suas pesquisas sobre a pobreza, desigualdade e bem-estar humano. Ao longo de sua carreira, Amartya Sen desenvolveu uma abordagem multidisciplinar para analisar as questões de desenvolvimento humano, combinando insights da economia, ética, filosofia política e outras áreas. Ele é conhecido por seu trabalho sobre a fome e pobreza, tendo desenvolvido o conceito de "capacidades", que destaca a importância de considerar não apenas a renda, mas também a capacidade das pessoas de realizar suas potencialidades e viver uma vida digna. Pioneiro em abordar a importância do enfoque de gênero no desenvolvimento, Sen argumenta, em sua obra *Desenvolvimento como Liberdade*, que o desenvolvimento verdadeiro deve ser medido pela expansão das liberdades e oportunidades que as pessoas têm para levar a vida que valorizam. Em 1998, Amartya Sen recebeu o Prêmio Nobel de Economia em reconhecimento a suas contribuições para a economia do bem-estar e para o entendimento das causas da pobreza e desigualdade. Suas ideias e pesquisas continuam a inspirar acadêmicos, formuladores de políticas e ativistas em todo o mundo.

Uma economia distributiva por concepção é aquela cuja dinâmica tende a dispersar e fazer circular o valor à medida que este é criado, em vez de concentrá-lo em um número de mãos cada vez menor. Uma economia regenerativa por concepção é aquela em que todas as pessoas se tornam participantes plenas na regeneração dos ciclos geradores de vida na Terra, para que prosperemos dentro dos limites planetários. (RAWORTH, 2019, p. 101).

Nesse sentido, através da aplicação do Donut da Sustentabilidade, busca-se uma economia que seja ambientalmente responsável, socialmente inclusiva e economicamente viável, construindo um futuro mais sustentável e equitativo para as gerações presentes e futuras. Uma vez concebido e consolidado, o modelo da Economia Donut deverá ser adotado por diversos setores e organizações como um guia para a tomada de decisões e para a construção de políticas públicas mais alinhadas com os desafios da sustentabilidade global.

Com efeito, a promoção de práticas econômicas circulares e locais pode reduzir o consumo de recursos e minimizar os impactos ambientais. A valorização da produção local, a economia colaborativa e a utilização de recursos renováveis são estratégias compatíveis com as visões de Jacobs e Raworth.

#### 4. Construindo uma abordagem integrada para o desenvolvimento urbano e econômico sustentável

##### 4.1. Fortalecendo a participação comunitária

A análise conjunta das ideias de Jacobs e Raworth revela pontos de convergência importantes. Ambas defendem uma abordagem holística, considerando a interdependência das partes para a funcionalidade do todo. A diversidade de usos em uma cidade, proposta por Jacobs, pode ser associada à diversidade econômica e social, defendida por Raworth como fundamental para a resiliência da economia.

Além disso, a integração das ideias de Jacobs e Raworth requer um enfoque interdisciplinar e colaborativo, envolvendo arquitetos, urbanistas, economistas, sociólogos e, acima de tudo, as próprias comunidades. A promoção e difusão de espaços participativos de decisão pode fortalecer a sinergia entre o planejamento urbano centrado nas pessoas e os princípios de equidade e sustentabilidade preconizados no modelo de Economia Donut de Raworth.

Ao considerar as ideias de ambas as autoras, propomos uma abordagem integrada para o planejamento urbano e o desenvolvimento econômico. A criação de espaços públicos vibrantes e inclusivos pode estimular a interação social e a atividade econômica local, contribuindo para o florescimento de negócios e a valorização do comércio local. Ademais, a participação da comunidade no planejamento urbano pode fomentar uma governança mais inclusiva e uma distribuição equitativa dos recursos econômicos. As palavras de Raworth são categóricas:

É claro que a vitalidade de uma economia depende da confiança, de normas e do sentimento de reciprocidade alimentados no seio da sociedade [...]. Mas a vitalidade de uma sociedade é, por sua vez, moldada pela estrutura de sua economia: as relações que ela constrói ou enfraquece; o espírito público que alimenta ou erode; e a distribuição de riqueza que gera. Uma sociedade próspera, além disso, tem maior probabilidade de construir um engajamento político forte, a começar por reuniões comunitárias, organização de bases populares, votação em eleições e adesão a movimentos sociais e políticos que constituam representantes para prestar contas [...]. A governança democrática da sociedade e da economia se assenta sobre o direito e a capacidade do cidadão de se engajar no debate público – daí a importância da “voz política” dentro do alicerce social do Donut. (RAWORTH, 2019, p. 55).

Desta forma, a participação ativa das comunidades na tomada de decisões sobre o planejamento urbano é, portanto, essencial para garantir que suas necessidades e aspirações sejam atendidas. Engajar os cidadãos no processo de transformação urbana – inclusive por meio da intensificação da diversidade de usos nos bairros, ruas e calçadas – pode contribuir para a construção de ambientes mais inclusivos e sustentáveis.

#### 4.2. Repensando as métricas de desenvolvimento: em busca da Economia Integrada

Em *Morte e Vida de Grandes Cidades*, Jane Jacobs defende uma abordagem integrada para a economia urbana. Para ela, as políticas de planejamento urbano predominantes em sua época favoreciam a separação das atividades econômicas em zonas específicas, como áreas residenciais, comerciais e industriais. Jacobs argumenta que essa abordagem de zonificação rígida e especialização econômica leva a problemas urbanos significativos, como a falta de vitalidade nas ruas, o aumento da dependência de automóveis e a segregação socioeconômica, entre outros. Ao invés disso, a autora defende a importância da diversidade econômica e social em uma cidade.

Para Jacobs (2000), a diversidade de usos, ainda que tratada com desleixo, oferece a possibilidade decente de apresentar um conteúdo com diferenças autênticas. Portanto, ela complementa, “essas diferenças podem ser visualmente interessantes e estimulantes, sem hipocrisia, exibicionismo ou inovações surradas” (JACOBS, 2000, p. 156).

Logo, a interação de diversas atividades e usos do solo em uma área urbana é essencial para criar comunidades vibrantes e saudáveis. Por isso, Jacobs enfatiza a importância de calçadas movimentadas, espaços públicos pujantes e uma combinação de edifícios com diferentes usos (residencial, comercial, cultural) como condição adequada para fomentar a vitalidade urbana, criando cidades mais vibrantes, saudáveis, seguras e economicamente sustentáveis.

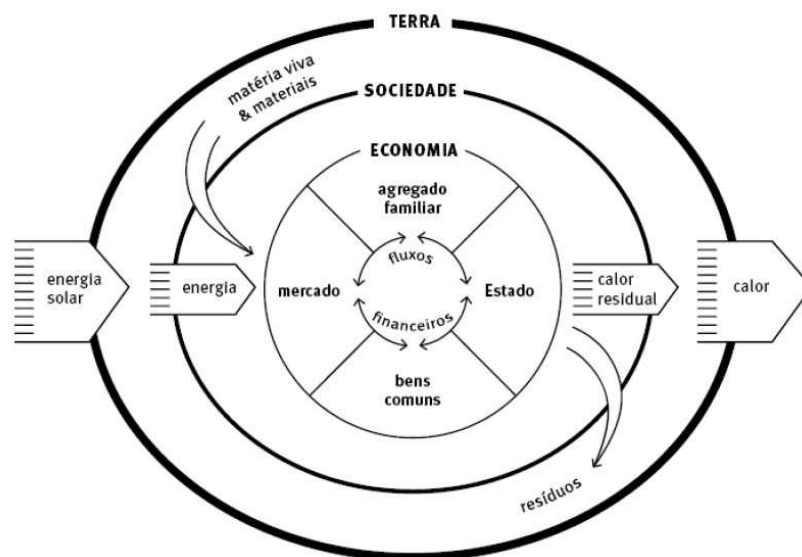
Da mesma forma, como vimos anteriormente, o modelo da Economia Donut de Kate Raworth oferece uma visão renovada da economia, onde o crescimento econômico é substituído por uma economia regenerativa, que busca restaurar os recursos naturais e promover a justiça social. Neste contexto, a adoção do “Donut da Sustentabilidade” como uma métrica alternativa ao Produto Interno Bruto (PIB) pode auxiliar no estabelecimento de novos indicadores que medem o bem-estar humano e a saúde dos ecossistemas urbanos. Integrar a dimensão social e ambiental nas métricas de desenvolvimento pode direcionar as políticas urbanas para resultados mais holísticos e sustentáveis.

A “justificativa” para o modelo Donut nos convida a um exercício de análise da histórica econômica, no qual é possível observar e compreender quais elementos foram incluídos ou excluídos como prioritários e o porquê disso. Raworth questiona:

O objetivo-cuco do crescimento do PIB surgiu em uma época de depressão econômica, guerra mundial e rivalidade da Guerra Fria, mas dominou o pensamento econômico por mais de setenta anos. Em poucas décadas olharemos para trás, sem dúvida, e acharemos estranho que um dia tenhamos tentado monitorar e administrar nosso complexo lar planetário com uma métrica tão instável, parcial e superficial como o PIB. As crises do nosso tempo exigem um objetivo muito diferente, e ainda estamos no início do processo de reimaginar e renomear exatamente qual deveria ser esse objetivo. Se o objetivo é alcançar *prosperidade humana numa teia de vida florescente* – e isso se parece muito com um donut –, então qual será a melhor forma de pensar (e desenhar) a economia em relação ao todo? (RAWORTH, 2019, p. 45).

Ironicamente, contudo, a resposta a essa pergunta passa por outra pergunta. A tentativa de construção de um novo modelo econômico, que “expulse o cuco do PIB” e, em seu lugar, estabeleça o ambiente seguro e justo do Donut, voltado a atender os alicerces sociais e, ao

mesmo tempo, respeitando os limites planetários, deve iniciar com o seguinte questionamento: do que dependemos para suprir as nossas necessidades? A resposta, segundo Raworth, é a Economia Integrada.



A Economia Integrada, que aninha a economia dentro da sociedade e do mundo vivo, reconhecendo ao mesmo tempo as diversas maneiras pelas quais pode satisfazer as necessidades e vontades das pessoas. (Fonte: RAWORTH, 2019, p. 52).

Como se percebe, o diagrama da Economia Integrada transforma o ponto de partida da análise econômica. Ao contrário do diagrama do Fluxo Circular de Renda, da teoria econômica tradicional, segundo o qual o bem-estar das pessoas depende do mero acompanhamento do fluxo de renda para as diversas fontes distintas de riqueza (natural, social, humana, física e financeira), esse novo diagrama põe fim ao mito do mercado autônomo e autossuficiente/autorregulador, substituindo-o pela provisão por parte do agregado familiar, do mercado, dos bens comuns e do Estado, em um ambiente “orgânico” onde todos atuam de forma integrada e dependente da sociedade, que, por sua vez, também está integrada no mundo vivo.

No entanto, a despeito de oferecer novas e pertinentes ideias, a perspectiva da Economia Integrada não é, sob nenhuma hipótese, um “esquema fechado” e, conseqüentemente, não está imune a outros questionamentos. Raworth (2019) adverte:

Essa nova visão suscita novas perguntas. Em vez de nos concentrarmos imediatamente em fazer os mercados funcionarem com mais eficiência, podemos começar considerando: quando é que cada um dos nossos quatro domínios de abastecimento – agregado familiar, bens comuns, mercado e Estado – é mais adequado para satisfazer as vontades e necessidades da humanidade? Que mudanças em tecnologia, cultura e normas sociais poderia alterar isso? Como esses quatro domínios podem funcionar de maneira mais eficiente em conjunto – por exemplo, o mercado com os bens comuns, os bens comuns com o Estado, ou o Estado com o agregado familiar? Da mesma forma, em vez de nos concentrarmos, por predefinição, em como aumentar a atividade econômica, devemos nos perguntar de que modo o conteúdo e a estrutura dessa atividade poderiam moldar a sociedade, a política e o poder. E até onde pode crescer a economia, dada a capacidade ecológica da Terra? (RAWORTH, 2019, p. 63).

Neste sentido, caberá à Economia Integrada, portanto, a tarefa sempre presente de examinar os novos e constantes desafios impostos pela realidade objetiva das condições sociais e econômicas, dentro dos limites planetários. A Economia Integrada consiste, antes de tudo, em



uma perspectiva de visão de conjunto que analisa e dimensiona a economia em contexto através do qual – e partir do qual – o economista do século XXI deverá abordar e solucionar as grandes questões de nosso tempo.

#### 4.3. Resiliência urbana e os desafios do século XXI

Finalmente, a integração das perspectivas de Jacobs e Raworth pode contribuir para a construção de cidades mais resilientes, capazes de enfrentar satisfatoriamente os desafios do mundo atual, como as mudanças climáticas e outras crises globais. Segundo as autoras, o fortalecimento da infraestrutura verde, a promoção da mobilidade sustentável e o planejamento de assentamentos seguros, bem como a adoção de práticas econômicas que priorizem o bem-estar de toda a sociedade, respeitando os limites planetários, são exemplos de estratégias que podem ser adotadas para enfrentar as incertezas do futuro.

Para Jacobs, a existência de cidades vibrantes são imprescindíveis:

[...] as cidades monótonas, inertes, contêm, na verdade, as sementes de sua própria destruição e um pouco mais. Mas as cidades vivas, diversificadas e intensas contêm as sementes de sua própria regeneração, com energia de sobra para os problemas e as necessidades de fora delas. (JACOBS, 2000, p. 296).

Consequentemente, a capacidade de resiliência e adaptabilidade das cidades reforça e exige uma concepção de desenvolvimento urbano que leve em consideração a capacidade de adaptação das cidades a mudanças ambientais e socioeconômicas, presentes e futuras. Assim, a criação de espaços multifuncionais, sistemas de transporte eficientes e a proteção de áreas verdes, entre outras, são medidas que podem contribuir para a resiliência urbana.

Embora, em sua obra, Jane Jacobs não tenha abordado explicitamente o conceito moderno de resiliência urbana, é possível depreender que muitas das ideias e princípios defendidos por ela estão relacionados a essa ideia. Por resiliência urbana, entende-se que é a capacidade de uma cidade de se adaptar, resistir e se recuperar de choques e perturbações, seja de ordem econômica, ambiental, social ou de outra natureza. Neste aspecto, a contribuição e o legado de Jacobs seguem muito atuais e pertinentes.

Historicamente, as grandes concentrações e densidades populacionais observadas nos grandes centros urbanos do mundo têm sido vistas sob uma ótica negativa *a priori*. Na visão da autora, o planejamento urbano dito “moderno” do século XX (ilustrado simbolicamente nos projetos de Robert Moses) sempre desvalorizou e desprezou a enorme variedade inerente à grande quantidade de pessoas – como uma massa amorfa, homogênea e facilmente manipulável – e se preocupou insistentemente em reduzir e limitar as concentrações de pessoas tanto quanto possível em nome da “ilusão dos gramados de subúrbio e da placidez das cidadezinhas”, tendo na expansão irrefreada dos automóveis e na conseqüente abertura ilimitada de avenidas e estradas a solução para os problemas da mobilidade urbana.

Em contrapartida, Jacobs vê como positivas as grandes concentrações populacionais nas cidades, pois é a partir delas que se pode estimular as diversidades de usos como elemento fundador de um planejamento urbano cidadão, voltado a atender as necessidades das pessoas em um ambiente integrado. Vejamos como a autora analisa a questão:

As formas de pensamento, não importa quão objetivas aparentem ser, têm fundamentos e valores emocionais subjacentes. O desenvolvimento do planejamento urbano e da política habitacional modernos fundamentou-se emocionalmente numa relutância inflexível em reconhecer como desejáveis as concentrações de pessoas nas cidades, e essa emoção negativa acerca das concentrações urbanas contribuiu para o enfraquecimento intelectual do planejamento urbano. Não pode haver bem algum para as cidades ou para seu desenho, seu planejamento, sua economia ou sua população na suposição

emocional de que uma grande densidade populacional é em si, indesejável. Do meu ponto de vista, é um trunfo. O objetivo é promover a vida urbana da população urbana, abrigada, esperamos, sob concentrações bastante densas e bastante diversificadas para possibilitar-lhe uma oportunidade viável de desenvolver a vida urbana. (JACOBS, 2000, p. 152-153).

Pensar a vida urbana a partir de uma visão centrada nas pessoas se tornou uma das vertentes mais importantes do pensamento urbanista atual. Ao considerar que as práticas de planejamento urbano do século XX negligenciavam as necessidades e a qualidade de vida das comunidades, novas ideias surgiram com o objetivo de analisar criticamente como as cidades são projetadas e desenvolvidas, buscando criar ambientes urbanos mais humanos, sustentáveis, inclusivos e voltados para o bem-estar das pessoas que nelas vivem e trabalham.

Nesse aspecto, destaca-se a obra de Jan Gehl<sup>13</sup>. Em *Cidades para Pessoas*, publicado em 2010, ele aponta para a necessidade de um planejamento urbano que reforce a vida nas cidades, como espaços públicos ativos, abertos e vivos. São precisamente esses espaços que fomentam a riqueza da experiência nas cidades, proporcionando às pessoas um bem-estar maior. Segundo Gehl (2013):

Quando o objetivo é desenvolver cidades, quando a dimensão humana e o encontro entre pessoas estabelecem uma prioridade, quando se quer atrair pessoas para caminhar e pedalar, é fundamental trabalhar com muita atenção para estimular a vida nas cidades. Importa lembrar que a resposta não deve ser buscada em simples princípios fixados a respeito de densidades mais altas e maior número de moradores nos edifícios, mas sim, em cuidadoso trabalho, em muitas vertentes, com a vida na cidade como processo e atração principal. (GEHL, 2013, p. 89).

A resiliência urbana, como dito, é a habilidade que as cidades possuem de adaptar ou transformar rapidamente suas funções diante de um distúrbio que limite suas possibilidades. Logo, cidades resilientes têm capacidade de resposta e reinvenção diante de adversidades, permitindo a existência desse modo de habitar que colocam as pessoas no centro do planejamento urbano. Por meio da criação de espaços urbanos agradáveis e amigáveis para os pedestres, que valorizem seus diversos usos, e sobretudo pela inclusão dos cidadãos no processo decisório, a resiliência urbana promove a vitalidade das cidades e reinventa o planejamento urbano do século XXI.

Contudo, a realização desse novo planejamento urbano depende, inexoravelmente, de uma nova economia e de um novo agente econômico, isto é, de um novo ser humano. Kate Raworth, em “Economia Donut”, destaca a urgência de substituímos o *Homo economicus* (movido quase que exclusivamente pelo egoísmo, pela racionalidade econômica e pelas trocas) pelo *Homo socialis* (um ser inerentemente social, cuja natureza humana é caracterizada pela tendência à socialização e à cooperação, moldada pela evolução ao longo do tempo).

Desta maneira, o *Homo socialis* deve criar e viver em cidades vibrantes e resilientes, em ambientes dotados de um planejamento urbano mais dinâmico e plural, e cuja economia seja

---

<sup>13</sup> Jan Gehl (1936-) é um arquiteto e urbanista dinamarquês conhecido por seu trabalho e contribuições na área do planejamento urbano centrado nas pessoas. Ele é reconhecido por sua abordagem humanista no design urbano, que prioriza o bem-estar e a qualidade de vida dos cidadãos, colocando as necessidades humanas no centro do processo de planejamento. Seu conceito de planejamento urbano sustentável possui um enfoque particular na criação de cidades caminháveis e cicláveis, espaços públicos de qualidade e o incentivo à vida nas ruas. Em seu trabalho, Gehl tem enfatizado a importância de reduzir o espaço para carros, aumentar a acessibilidade para pedestres e ciclistas, e criar espaços públicos animados que promovam a interação social e a vitalidade urbana. Defensor fervoroso do planejamento urbano voltado para o bem-estar das comunidades e do meio ambiente, as ideias de Jan Gehl continuam a influenciar o debate sobre design urbano e o futuro das cidades em todo o mundo.

capaz de enfrentar desafios e crises de forma eficiente e sustentável. Assim, a “cidade resiliente” do *Homo socialis* deverá possuir as seguintes características:

1) *Equilíbrio ambiental e social*: da mesma forma que o modelo de Economia Donut visa encontrar um equilíbrio entre as necessidades humanas básicas e os limites ambientais do planeta, a resiliência urbana envolve encontrar um equilíbrio entre o desenvolvimento socioeconômico e a proteção e preservação do meio ambiente. Ao buscar esse equilíbrio, as cidades podem evitar o esgotamento de recursos naturais e minimizar os impactos negativos das mudanças climáticas, tornando-se mais resilientes a longo prazo.

2) *Diversificação e diversidade*: a diversificação de atividades econômicas e a mistura de usos do solo em áreas urbanas cria cidades mais vibrantes e funcionais. Isso contribui para a resiliência urbana, já que uma cidade com múltiplas fontes de renda e atividades pode ser mais capaz de se recuperar de crises econômicas e de choques externos.

3) *Foco nas pessoas*: tal como a Economia Donut, que prioriza as necessidades e bem-estar das pessoas no centro do desenvolvimento econômico, a resiliência urbana enfatiza a capacidade das cidades de proteger seus habitantes durante crises e desastres naturais, garantindo sua segurança.

4) *Planejamento urbano e econômico sustentáveis*: Como a Economia Donut, que propõe um planejamento econômico mais sustentável, considerando os limites do meio ambiente, também a resiliência urbana busca criar cidades mais sustentáveis, reduzindo a pegada ecológica e adotando práticas que permitam enfrentar desafios ambientais futuros.

5) *Participação pública e democrática*: esta é, talvez, a característica mais importante. Ao incluir as vozes dos cidadãos nas discussões sobre o desenvolvimento urbano e econômico, estimulando a participação pública e democrática, as cidades podem tomar decisões mais informadas e atender melhor às necessidades de seus habitantes, tornando-as mais resilientes a crises e mudanças.

Deste modo, a resiliência urbana é de extrema importância para enfrentar os desafios econômicos atuais, pois as cidades estão sujeitas a diversas pressões e incertezas em um mundo em constante mudança. Assim, tanto as ideias de Jane Jacobs como as de Kate Raworth fornecem elementos analíticos e empíricos importantes para a compreensão das razões pelas quais a resiliência urbana é fundamental para enfrentar os desafios econômicos atuais.

Conclui-se, portanto, que a resiliência urbana é essencial para enfrentar os desafios sociais e econômicos atuais, oferecendo às cidades a capacidade de se adaptar, inovar e prosperar em meio à incerteza e às mudanças. Logo, investir em resiliência urbana não só fortalece a economia local, mas também melhora a qualidade de vida dos cidadãos e promove um futuro mais sustentável e equitativo, na medida em que busca equilibrar o pleno desenvolvimento humano com a capacidade do meio ambiente em sustentá-lo.

## 5. Considerações finais

A análise das ideias de Jane Jacobs e Kate Raworth, em suas obras *Morte e Vida de Grandes Cidades* e *Economia Donut*, respectivamente, revela uma notável complementaridade no que tange ao desenvolvimento urbano sustentável. A convergência de suas perspectivas centra-se, sobretudo, no reconhecimento do valor intrínseco das pessoas e da natureza, no equilíbrio entre as necessidades humanas e os limites planetários, e na busca por uma economia regenerativa e equitativa.

Apesar das ideias de Jane Jacobs terem sido concebidas há mais de meio século, ainda parecem bastante válidas e pertinentes, na medida em que os “olhos na rua” parecem uma realidade cada vez mais premente (e necessária!) nas cidades dominadas pelo medo e pela insegurança, pela ausência de espaços públicos transitáveis e pela crescente “privatização” dos

espaços de convivência, tanto no aspecto residencial (condomínios residenciais distante do centro) quanto no comercial e/ou de lazer (condomínios empresariais e shopping-centers). Essa nova configuração urbana dificulta a interação social e, conseqüentemente, a preservação coletiva das condições de segurança e bem-estar coletivo.

Por outro lado, o modelo de Economia Donut de Kate Raworth apresenta uma abordagem inovadora para a economia, que busca equilibrar as necessidades humanas básicas (como alimentação, educação, saúde, habitação, lazer, segurança, etc.) com os limites ambientais do planeta. O conceito central é representado por um donut (rosquinha) com dois anéis concêntricos. O anel interno representa o nível mínimo de necessidades humanas, que devem ser atendidas para garantir uma vida digna para todos. O anel externo representa os limites ambientais, evitando que a humanidade ultrapasse os limites planetários, como a mudança climática, a perda de biodiversidade e a poluição dos ecossistemas.

Nesse sentido, a integração dessas ideias pode conduzir a uma abordagem abrangente e resiliente para o desenvolvimento urbano, abordando os desafios contemporâneos da urbanização com sensibilidade social e ambiental e, ao mesmo tempo, visando criar uma economia regenerativa e equitativa. Essa integração, porém, requer a cooperação entre os diversos atores da sociedade, desde governos e instituições até as próprias comunidades, buscando a construção coletiva de cidades mais sustentáveis, inclusivas e capazes de enfrentar os desafios do século XXI.

#### Referências:

- BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido se desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- CARO, Robert A. **The Power Broker: Robert Moses and the fall of New York**. New York: Knopf, 1974.
- CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- CHESNAIS, François. **A mundialização financeira**. São Paulo: Xamã Editora, 1999.
- DOUGHNUT ECONOMICS ACTION LAB (DEAL). Disponível em: [doughnuteconomics.org](http://doughnuteconomics.org). Acesso em: 15 de jul. de 2023.
- GEHL, Jan. **Cidades para as pessoas**. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- GONÇALVES, Reinaldo. **Globalização e desnacionalização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.
- \_\_\_\_\_. **A crise da urbanização planetária**. Blog da Boitempo, 2015. Disponível em: <David Harvey: A crise da urbanização planetária – Blog da Boitempo>. Acesso em: 10 de jul. de 2023.
- HIRST, Paul. Globalização: Mito ou realidade? In: FIORI, José Luís et al. **Globalização: O fato e o mito**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1998.
- JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 5ª ed. São Paulo: Centauro, 2008.
- RAWORTH, Kate. **Economia Donut: uma alternativa ao crescimento a qualquer custo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2019.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica, razão e emoção**. 3ª ed. São Paulo: Edusp, 2003.
- \_\_\_\_\_. **Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.